

DEMOCRACIA, DIREITOS
HUMANOS E GÊNERO

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO PARLAMENTO BRASILEIRO E PARAIBANO

WOMEN'S PARTICIPATION IN PARLIAMENT IN BRAZIL AND IN THE STATE OF PARAIBA

Gloria Freire RABAY¹

Maria Eulina Pessoa CARVALHO²

RESUMO: Este trabalho traça o panorama geral da participação das mulheres na vida pública e partidária brasileira, buscando resgatar parte da história da luta das mulheres, no Brasil e na Paraíba, pela conquista de sua cidadania, com ênfase na participação política. Os dados e documentos que registram essa participação foram levantados junto aos sítios eletrônicos do Tribunal Eleitoral da Paraíba, do Tribunal Superior Eleitoral, da Assembléia Legislativa da Paraíba, da Câmara Municipal de João Pessoa, do Projeto Mulher & Democracia e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfêmea. Desde o sufrágismo, no fim do século XIX e início do século XX, um feminismo *bem comportado* que não questionava o poder patriarcal, mas conquistou o direito ao voto e deu os primeiros passos rumo à democracia, registramos os avanços da mulher brasileira e paraibana no âmbito do parlamento federal e estadual, até as eleições de 2010.

PALAVRAS-CHAVE: História das mulheres. Participação política. Cidadania feminina. Eleições.

INTRODUÇÃO

A exclusão das mulheres da gestão pública e da representação política não significa que elas tenham estado ausentes do jogo político. Antes e depois de conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais, bem como nos movimentos populares. Na representação legislativa e executiva é que sua participação é recente.

Este trabalho visa explicitar essa participação desde o sufrágismo, no fim do século XIX e início do século XX, um feminismo *bem comportado* que não questionava o poder patriarcal, mas conquistou o direito ao voto e deu os primeiros passos rumo à democracia; até os recentes avanços da mulher brasileira e paraibana no âmbito do parlamento federal

¹ Professora do Departamento de Comunicação e Turismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Ciências Sociais, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: gloria.rabay@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, nível de mestrado e doutorado e docente do Centro de Educação, Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: mepcarv@terra.com.br

e estadual, chegando até as eleições de 2010. Com base em um levantamento de dados e documentos junto aos sítios eletrônicos do Tribunal Eleitoral da Paraíba, do Tribunal Superior Eleitoral, da Assembléia Legislativa da Paraíba, da Câmara Municipal de João Pessoa, do Projeto Mulher & Democracia e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfêmea, traça o panorama geral da participação das mulheres na vida partidária brasileira, buscando resgatar parte da história da luta das mulheres, no Brasil e na Paraíba, pela conquista de sua cidadania, com ênfase nos processos que buscaram a ampliação de sua participação política.

A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL

Em fins do século XIX e início do século XX as idéias feministas de emancipação política encontraram eco no Brasil através das *Sufragistas*. Na década de 1920, o *Sufragismo*, movimento de luta pelo voto das mulheres, se tornou uma expressão política organizada através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF, criada em 1922. A partir de então, surgiram em diversos estados as Ligas e Associações pela Emancipação Feminina, fortalecendo a luta da FBPF pelo direito à plena participação política.

Em alguns estados, era comum tratar a sufragista como “[...] uma revoltada que procura abafar seus padecimentos, querendo não ser companheira do homem, mas sua rival” (VIEIRA, 1922)³. Na época, embora de forma negativa, isso sinalizava um debate que animava os círculos políticos e culturais da capital paraibana e, em especial, os setores identificados com os Movimentos Tenentista⁴, Modernista⁵ e Socialista, a exemplo do que ocorria nas grandes cidades do país (RABAY, 1996). A movimentada década de 1920, já anunciava a década incendiária que estaria por vir. A Revolta de Princesa, o assassinato de João Pessoa e a Revolução de 1930 marcaram a história da Paraíba, mudando o nome da capital – que deixou de ser Parahyba do Norte e passou a se chamar João Pessoa – em homenagem ao Presidente assassinado.

Em 1928, na Paraíba, quando teve início o governo de João Pessoa, foi instaurada uma reforma tributária que, se opondo aos interesses dos coronéis do açúcar, desencadeou um conflito entre as classes dominantes. A imprensa oficial, através do jornal A União, registrou a tímida presença feminina, em todos os acontecimentos políticos. Durante a Revolta de Princesa, as mulheres arrecadaram dinheiro, jóias, balas e armas, para ajudar os soldados a combater os bandidos de Princesa:

³ Eudésia Vieira, jornalista, poetisa, escritora, foi a primeira paraibana a se formar em medicina. Apesar desses escritos em 1922, na década de 1930 tornou-se militante das lutas pelos direitos das mulheres, chegando a integrar a diretoria da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF).

⁴ Tenentismo era a denominação de um movimento político-militar, ocorrido na década de 1920, que envolveu jovens oficiais e, em particular, os tenentes. Através da luta armada, eles pretenderam tomar o poder e empreender reformas, tais como a eliminação da corrupção eleitoral, a instituição do voto secreto (inclusive para as mulheres) e a instalação do nacionalismo econômico.

⁵ Modernismo é o movimento cultural que rejeitou os subterfúgios e artifícios literários presentes nas correntes culturais anteriores. No Brasil, o marco do Modernismo foi a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, na cidade de São Paulo, que propôs o rompimento com o tradicionalismo cultural e defendeu uma estética brasileira, livre de influências estrangeiras.

Homtem, a tarde, quando iniciavamos o nosso expediente redacional, fomos procurados no pavimento terreo desta folha, por três gentilíssimas senhoras da nossa sociedade, [...] uma das abriu a bolsa e della retirou 34 cartuchos para rifle, calibre 44, collocando-os sobre a mesa. (A UNIÃO, 9 maio 1930, p. 8).

Em 1929, Getúlio Vargas e João Pessoa foram os candidatos da oposição à Presidência da República. Na ocasião, as mulheres se integraram à Campanha da Aliança Liberal e fundaram, em Campina Grande, em 5 de janeiro de 1930, a Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, que tinha como objetivos principais, a propagação das idéias da Aliança Liberal e a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência do Brasil.

A imprensa enfatizava, também, as “manifestações cívicas”, realizadas pelas mulheres, para homenagear o Presidente João Pessoa, assassinado em 26 de julho de 1930. O crime – resultado de disputas políticas locais e de atitudes passionais, com traços fortes da cultura patriarcal e machista, relacionadas ao envolvimento amoroso entre João Dantas, autor do crime, e Anayde Beiriz – foi o estopim da Revolução de 1930.

A partir da Revolução de 1930, iniciou-se, em todo o país, uma fase de intervenção sistemática e direta do Estado, não só no processo de acumulação capitalista, mas em diversas outras esferas da vida social, política e cultural. Nessa conjuntura, em 1932, o governo inconstitucional de Getúlio Vargas aprovou um novo Código Eleitoral, que estendeu às mulheres o direito ao voto. Tal conquista deve ser atribuída, entre outros fatores, à mobilização das mulheres em organizações femininas e à perseverança e ousadia de algumas, individual e solitariamente (RABAY, 2005). O crescimento do engajamento político das mulheres refletiu-se, na Paraíba, na fundação da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino – APPF⁶, em fevereiro de 1933.

No contexto nacional, convocada a Assembléia Nacional Constituinte, nas eleições de 1933 foram eleitos 215 deputados e, entre eles, uma mulher – Carlota Pereira de Queirós – pelo Estado de São Paulo. Em 1936, a líder feminista Berta Lutz, que havia ficado na suplência, assume uma cadeira. Apesar da expressiva ação da APPF nos meios sociais mais abastados, nenhuma mulher se candidatou, na Paraíba, para um cargo nas eleições de 1933. Em outros

6 A primeira Diretoria foi composta por Lyllia Guedes, Presidente; Olivina Carneiro da Cunha, Vice-Presidente; Alice de Oliveira Monteiro, Albertina Correa Lima, Francisca de A. da Cunha e Analice Caldas (A UNIÃO, 7 fev. 1933, p. 8). Com o direito ao voto já conquistado, a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino traçou novas propostas: 1º) Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina. 2º) Proteger as mães e a infância. 3º) Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino. 4º) Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão. 5º) Estimular o espírito de sociabilidade, de cooperação entre as mulheres, interessá-la pelas questões sociais de alcance público (A UNIÃO, 7 fev. 1933, p. 8). A Associação Parahybana pelo Progresso Feminino participou ativamente da vida política e cultural paraibana. A Página Feminina no jornal A União divulgava as suas idéias através da publicação de poesias, contos, artigos, notícias de eventos, e campanhas e cursos promovidos pela APPF. Além da atuação na imprensa, a entidade atuou em muitas campanhas humanitárias e em obras sociais. Composta de mulheres da elite pessoense, contava com o apoio do Governo e da imprensa. Mesmo assim, a oposição ao feminismo se fazia sentir e a APPF foi acusada de ser comunista e de propagar idéias contrárias ao catolicismo. A APPF ainda atuou durante toda a década de 1930, mas foi perdendo sua força. Até mesmo a Página Feminina foi substituída pela coluna Do Lar e da Mulher, com interesses mais amenos. A partir de 1945 não se teve mais registro da APPF na imprensa (ROCHA; FARIAS, 2000).

estados, nove mulheres se elegeram deputadas estaduais constituintes, algumas delas integrantes da FBPF: Quintina Ribeiro (SE), Antonieta de Barros (SC), 1ª deputada negra, Lili Lages (AL), Maria do Céu Fernandes (RN), Maria Luísa Bittencourt (BA), Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo (SP), Rosa Castro (MA), Zuleide Bogéa (MA) (SCHUMAHER, 2003, p. 36).

Em virtude do Golpe, que instituiu o Estado Novo e transformou Getúlio Vargas em ditador, as eleições previstas para 1937 não ocorreram. Durante esse período, que se estendeu até 1945, uma Carta de inspiração fascista foi imposta ao país, não havendo eleições. A partir de então, apesar do caráter bem comportado que marca a primeira onda do movimento feminista no Brasil, as organizações de mulheres perderam a força e praticamente desapareceram sob a influência do medo e da perseguição política que vigoraram no país.

Foi a vez das mulheres populares e de classe média ocuparem o cenário político, especialmente na luta contra a carestia, no final da década de 1940 e durante toda a década de 1950. Saíram de cena as antigas líderes feministas e outras mulheres – identificadas com outras correntes, inclusive o Partido Comunista – tomaram lugar nos acontecimentos políticos e nas listas eleitorais.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA CÂMARA FEDERAL E NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO PERÍODO 1945-1962

Com a queda de Vargas, no final de 1945, ocorreram eleições para a Constituinte de 1946. Nenhuma mulher foi eleita, apesar de ter havido 18 candidaturas femininas (TABAK, 1987), entre elas duas paraibanas: Neusa Vinagre de Andrade, do Partido Democrático Cristão (PDC) e Luzia Ramalho Clerot, do Partido Comunista do Brasil (PCB), entre 47 candidatos do estado (RABAY, 1996). Neste ano não houve eleição para as Assembléias Estaduais.

A eleição da primeira legislatura estadual, depois da ditadura de Vargas, aconteceu em 19 de janeiro de 1947, sendo diplomados, nove dias depois, o Governador e os Deputados Estaduais. Nessa eleição, na Paraíba, uma mulher disputou o parlamento, mas não teve êxito: Maria Augusta de Oliveira⁷, pelo Partido Comunista do Brasil, em um universo de 149 candidatos, segundo os dados do TER – PB.

Nas eleições de 1950, 1954, 1958 e 1962 o quadro não se modificou, com poucas candidaturas femininas no âmbito federal em todo o país e nenhuma na Paraíba. Nesse período, apenas seis mandatos para a Câmara Federal foram conquistados por três mulheres:

⁷ Maria Augusta (1918) foi dirigente do Partido Comunista na Paraíba, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e dos eventos políticos de 1935. Casou com David Capistrano, dirigente comunista assassinado pela ditadura militar em 1974. Oradora talentosa, emocionava as platéias nos atos públicos. Na década de 1950, organizou uma associação de mulheres na grande João Pessoa. Participou do Grupo de Familiares de Presos Políticos, do Comitê Brasileiro pela Anistia e do Movimento Feminino pela Anistia. Na década de 1970, fez parte do Centro da Mulher Brasileira (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 364).

Ivete Vargas⁸, representando São Paulo, pelo PTB nos quatro pleitos; Nita Costa, também do PDT, em 1954, representando a Bahia; e a também baiana Neco Novais, da Aliança Trabalhista, em 1962, eleita junto com Ivete, entre nove candidatas.

Na Paraíba, no âmbito estadual, a representação feminina, no período, foi um pouco mais expressiva. Em 1950, num universo de 184 candidatos, disputaram uma vaga na Assembléia Estadual da Paraíba duas mulheres: Maria Dulce Barbosa e Dolores Coelho Cavalcanti – sem sucesso. Nas eleições seguintes, em 1954, 16 mulheres em todo o país disputaram uma vaga e sete foram eleitas; na Paraíba, Estela Fonseca de Lima Freire se candidatou pelo PTB, concorrendo com 150 homens, sem êxito. Em 1958, 39 mulheres concorreram em todo país, sendo duas eleitas; para a Assembléia Legislativa da Paraíba apenas Clécia Simões Lopes se candidatou entre 181 homens e não foi eleita. Em 1962, o número de mulheres disputando vaga nas assembleias estaduais cresceu em todo país: ao todo foram 92 candidatas, das quais 11 se elegeram; na Paraíba, novamente, apenas uma mulher disputou vaga (novamente sem êxito) para a Assembléia Estadual num universo de 157 homens: Elizabeth Altina Teixeira⁹, filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Quadro 1 - Candidatas à Câmara Federal e Assembléia Legislativa Estadual na Paraíba, 1945-1962

ANO DO PLEITO	MULHERES CANDIDATAS		Total de candidatos CÂMARA FEDERAL		Total de candidatos ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS	
	Nome	Partido	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1945	Neusa Vinagre de Andrade	PDC	45	02	-	-
	Luzia Ramalho Clerot	PCB				
1947	Maria Augusta de Oliveira	PC do B	-	-	148	01
1950	Maria Dulce Barbosa	UDN	26	-	181	02
	Dolores Coelho S. Cavalcanti	PR				
1954	Estela Fonseca de Lima Freire	PTB	21	-	150	01
1958	Clécia Simões Lopes	PR	31	-	181	01
1962	Elizabeth Altina Teixeira	PSB	35	-	157	01

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.

⁸ Segundo Analice Costa (1998, p. 101), Ivete Vargas, que foi eleita pela primeira vez com 22 anos de idade, em 1950, começou a interessar-se pela política na casa de seu tio-avô Getúlio Vargas. Reeleita em 1954, 1958, 1962 e 1966, foi cassada em 1969 pelo governo militar e novamente reeleita em 1982.

⁹ Elisabete Teixeira (1925-) aos 16 anos casou, contrariando o pai, com Pedro Teixeira, negro e trabalhador braçal. Juntos se tornaram líderes populares e, em 1959, fundaram a Liga Camponesa de Sapé. Em 1962, seu marido foi assassinado a mando de usineiros da região. Elisabete assumiu a liderança da organização que tinha cerca de 30.000 filiados, tornando-se um símbolo da resistência dos trabalhadores rurais. Em 1964, por causa da repressão política, passou a viver na clandestinidade. Em 1981, era dada como morta, quando apareceu no filme *Cabra marcado para morrer*, que conta sua história e a de seu marido (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 192-193).

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA CÂMARA FEDERAL E NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO PERÍODO 1964 A 1978

No Brasil, na década de 1960, a luta político-ideológica entre a direita e a esquerda resultou na instauração de uma ditadura militar que cancelou as eleições diretas para a Presidência da República e Governos Estaduais, cassou as inscrições de todos os partidos políticos, instituindo o bipartidarismo, e reprimiu contestações à ordem estabelecida com cassação, prisão, tortura, exílio e morte.

Nas primeiras eleições federais sob o golpe, em 1966, houve uma redução do número de candidatas, porém um aumento do número de eleitas. Embora apenas 13 mulheres tenham concorrido à Câmara Federal, em todo o país, o número de eleitas passou de duas para seis deputadas. Entre as eleitas, cinco tiveram seus mandatos cassados em 1969, por força do Ato Institucional nº5.

Moema Toscano ressalta que:

Não se deve esquecer, entretanto, que destas candidatas a maioria não representava – a despeito de seus méritos – sua própria personalidade política, mas, por empréstimos, a de seus maridos ou parentes próximos, os quais haviam tido seus mandatos cassados pelo Movimento de 64. Daquelas seis candidatas vitoriosas nas urnas, apenas uma pertencia aos quadros governistas e também era esposa de um deputado. As outras cinco foram apresentadas pelo MDB e destas somente uma tinha eleitorado próprio. (TOSCANO, 1982, p. 68).

Em todo país, apenas 39 mulheres concorreram no âmbito estadual, sendo 11 eleitas. Na Paraíba não houve candidaturas femininas em 1966.

Nas eleições seguintes, em 1970, com a proibição das esposas de políticos cassados se candidatarem, a participação feminina restringiu-se a apenas quatro candidaturas para a Câmara Federal em todo o país, tendo sido eleita apenas uma mulher. Para as Assembléias Legislativas Estaduais candidataram-se 37 mulheres e se elegeram oito. Na Paraíba, tampouco houve candidatura feminina.

Em 1974, apenas uma mulher se elegeu para a Câmara Federal, no total de quatro candidatas. Na esfera estadual 14 mulheres foram eleitas. Na Paraíba, apenas duas mulheres concorreram, entre 80 homens, a uma vaga para a Assembléia Legislativa: **Maria Barbosa** pelo MDB e **Ofélia Gondim** pela Arena, ambas derrotadas.

Na Paraíba, a exemplo do que ocorria em todo país, nos fins da década de 1970, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. Embora não fosse formado apenas por mulheres, deu origem, em 1978, ao primeiro grupo feminista no estado: o Centro da Mulher de João Pessoa, mais tarde denominado Grupo Feminista Maria Mulher, na onda¹⁰ desencadeada pelos eventos de 1975, o Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU.

¹⁰ Diversos estudos sobre a história do movimento feminista nomeiam como “onda” alguns momentos históricos em que houve uma seqüência de movimentos e organizações feministas com a mesma pauta de reivindicações. No Brasil, assim como no mundo ocidental, a “primeira onda” se refere ao Movimento Sufragista; a “segunda onda”, que começa na década de 1970 entre nós e na década de 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A “terceira onda”, identificada nos anos 1990, evidencia “novas” mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras.

Como consequência do ressurgente movimento de mulheres, nas eleições de 1978 estiveram presentes diversas de suas demandas e se elevou, em todo o país, o número de candidatas para a Câmara Federal: 83 mulheres, das quais foram eleitas quatro Deputadas Federais. Na Paraíba, nenhuma mulher concorreu.

No âmbito estadual, no mesmo ano, 20 mulheres obtiveram vitória, em todo o país. Na Paraíba, duas mulheres – Ana Lúcia Ribeiro Coutinho e Magdalena Alves Rodrigues – concorreram, sem êxito, à Assembléia Estadual, num universo de 80 homens.

Quadro 2 - Candidatas à Câmara Federal e Assembléia Legislativa Estadual na Paraíba, 1966-1978

ANO DO PLEITO	MULHERES CANDIDATAS		Total de candidatos CÂMARA FEDERAL		Total de candidatos ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS	
	Nome	Partido	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1966	Não houve candidata		25	-	108	-
1970	Não houve candidata		16	-	70	-
1974	Maria Barbosa	MDB	20	-	80	2
	Ofélia Gondim	Arena				
1978	Ana Lúcia Ribeiro Coutinho	Arena	23	-	80	2
	Magdalena Alves Rodrigues	Arena				

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.

Apesar de ausentes da política formal¹¹, na década de 1970, as mulheres participavam ativamente de movimentos sociais e organizações de base, na luta pela melhoria da qualidade de vida, em um contexto que Lúcia Avelar (1987) denominou de participação política *ad hoc*: um ativismo urbano, geralmente situado fora da hierarquia da política institucionalizada, evidenciado em atividades políticas auto-orientadas, não-estruturadas e de curta duração, em ação direta objetivando influenciar as políticas públicas.

DA ABERTURA POLÍTICA ÀS ELEIÇÕES DE 2010

A década de 1980 marca o retorno da democracia, do debate na política, da garantia dos direitos civis, das eleições livres, da reorganização partidária. Com o fim do bipartidarismo, que vigorou durante a ditadura, novas organizações partidárias surgem no cenário político brasileiro disputando o apoio popular, a simpatia de lideranças feministas e o apoio do movimento de mulheres, em processo de organização desde 1975. Por conseguinte, as plataformas eleitorais se adaptaram ao processo de abertura política e começaram a contemplar, com maior frequência, as questões trazidas pelos, assim chamados, novos movimentos sociais, entre os quais o feminista.

¹¹ No âmbito do executivo estadual, não havia mulheres governando e, no âmbito dos municípios, a presença feminina era incipiente: em 1966, existiam apenas 16 prefeitas, 13 das quais no Norte-Nordeste e duas na Paraíba (TABAK, 1987).

É então, no contexto da redemocratização do país, que as especificidades das lutas das mulheres conquistam um lugar nos programas partidários e de governo. Isto aconteceu, por um lado, em razão do deslocamento de parte da militância feminista para o interior dos partidos, mas também, na avaliação de Analice Costa (2005, p. 8), porque a dinâmica do movimento mostrou a importância do eleitorado feminino. Assim, a maioria dos partidos passou a “[...] incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal aparelho da direita, o Partido Democrático Social – PDS, criou seu Comitê Feminino”.

Depois das eleições gerais de 1982, quando, pela primeira vez, desde o golpe militar, se elegeram governadores estaduais, a questão da mulher teve espaço nos discursos eleitorais e nos programas de governo. Os governos estaduais eleitos criaram as primeiras políticas públicas específicas para a população feminina, como os Conselhos dos Direitos da Mulher e as Delegacias Especializadas. Diversos partidos criaram, ainda, Departamentos ou Comissões de Mulheres, buscando incorporá-las, mais efetivamente, nas estruturas partidárias, e incluindo reivindicações feministas em seus programas.

Em 1982, oito mulheres foram eleitas em todo o país para a Câmara Federal. No âmbito estadual, foram 28 eleitas. Na Paraíba, nenhuma mulher concorreu a uma vaga para a Câmara Federal e quatro disputaram uma vaga para a Assembléia Legislativa Estadual. Vani Braga, do PDS, irmã do governador eleito no mesmo sufrágio, Wilson Braga, foi vitoriosa.

Em 1986, deram-se as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Nesse pleito, nenhuma mulher foi eleita para o Senado, mas houve significativo aumento no número de mulheres eleitas para a Câmara Federal, que alcançou 26. Ainda assim, elas representavam pouco mais de 5% do total de 487 deputados eleitos. Entre eles estava uma paraibana: Lúcia Braga, esposa de Wilson Braga, eleito governador em 1982. É importante dizer que a ausência de feministas e o ainda pequeno número de mulheres entre os parlamentares eleitos não impediu que a nova Carta trouxesse consideráveis avanços no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais, especialmente dos direitos das mulheres, graças à capacidade de articulação e às estratégias pensadas pela bancada do batom¹².

No mesmo ano, na Paraíba, 20 mulheres se candidataram e duas foram eleitas deputadas estaduais: Vani Braga, reeleita, pelo PFL; e Geralda Medeiros, pelo PMDB.

Nas eleições federais de 1990, 29 mulheres foram eleitas para a Câmara Federal e uma para o Senado. Na Paraíba, seis mulheres concorreram, junto com 173 homens, à Câmara Federal. Lúcia Braga, na ocasião no PDT, foi reeleita. Para a Assembléia Estadual, 17 mulheres e 217 homens disputaram as 36 cadeiras, sendo que Vani Braga, pelo PDT, e Terezinha Pessoa, pelo PFL obtiveram êxito.

¹² Nome dado pela imprensa à articulação supra-partidária das mulheres durante o processo de elaboração Constituinte de 1988.

Em 1994, foram eleitas, em todo país, 34 mulheres para a Câmara Federal e seis para o Senado. Na Paraíba, uma mulher se candidatou ao cargo de deputada federal, Nadja Palitot, pelo PDT e obteve 17.024, mas não conseguiu se eleger. Já para as Assembléias Estaduais se elegeram 80 mulheres em todo o país, e a Paraíba teve quatro vitoriosas entre 13 candidatas.

As eleições de 1994, na Paraíba, apresentaram um refluxo no que se refere ao número de mulheres candidatas comparativamente à eleição anterior, embora tenha se eleito o dobro de mulheres em relação ao pleito de 1990. Pela primeira vez, nesse ano, uma mulher, na Paraíba, se candidatou ao Governo Estadual, Lúcia Braga, pelo PDT, e uma ao Senado, Francisca Zenaide, pelo PC do B.

Desde 1997, por iniciativa da então deputada Marta Suplicy, do PT, passou a vigorar um sistema de cotas estipulando, para qualquer dos sexos, percentuais mínimos (inicialmente 20%, 25% em 1998 e 30% posteriormente) do número de vagas a que cada partido ou coligação tem direito, beneficiando, assim as candidaturas femininas (Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997). Todavia, nas eleições de 1998, apesar do sistema de cotas, houve uma diminuição da representação feminina no Congresso Nacional: apenas 29 mulheres foram eleitas para a Câmara Federal e duas para o Senado.

Na Paraíba, nesse mesmo ano, seis mulheres disputaram junto com 49 homens, mas nenhuma conseguiu se eleger para a Câmara Federal. Uma mulher se candidatou ao Senado pela Paraíba, Cozete Barbosa, pela coligação PT/PSB/PV/PC do B, porém não foi eleita. Na eleição estadual, 23 mulheres disputaram com 155 homens e sete conquistaram cadeiras na Assembléia Estadual, tendo sido, até hoje, o mandato com o maior número de mulheres na Paraíba, na época só inferior ao estado do Maranhão, que havia elegido oito mulheres – ambas as maiores bancadas femininas do Brasil.

Nas eleições federais de 2002 houve um notável crescimento da representação feminina, que contou com 44 deputadas federais e oito senadoras, que se somaram às duas eleitas em 1998, já que o mandato de senador é de oito anos.

Na Paraíba, ainda em 2002, sete mulheres disputaram uma vaga de deputada federal e apenas uma se elegeu, Lúcia Braga. Na esfera estadual, 30 mulheres, entre 199 candidatos, disputaram uma vaga na Assembléia Legislativa, sendo seis vitoriosas. Nesse ano, duas mulheres se candidataram ao Governo do Estado, Lourdes Sarmento, pelo PCO e Maria José, pelo PGT, e duas ao Senado, Dra Lúcia Feliciano, pela coligação PT/PL/PSC/PMN/PC do B e Tânia Brito, pelo PSTU.

Nas eleições para a Câmara Federal, de 2006, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), candidataram-se em todo o país 2.498 mulheres: duas à Presidência, 26 aos Governos Estaduais, 35 ao Senado, 652 à Câmara Federal e 1.783 às Assembléias Legislativas. Destas, apenas 176 mulheres foram eleitas: três governadoras, quatro senadoras, 46 deputadas federais e 123 deputadas estaduais/distritais.

Quadro 3 - Deputados(as) Estaduais Eleitos(as), por sexo, segundo as regiões do Brasil e na Paraíba Períodos 1995-1998, 1999-2002, 2003-2006, 2007-2010

Regiões	Deputados e Deputadas Estaduais															
	1995-1998				1999-2002				2003-2006				2007-2010			
	Deputado		Deputada		Deputado		Deputada		Deputado		Deputada		Deputado		Deputada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	169	91	16	9	167	90	18	10	165	89	20	11	160	86,5	25	13,5
Nordeste	306	93	23	7	289	88	40	12	291	85	50	15	299	88	42	12
Paraíba	32	89	4	11	29	81	7	19	30	83	6	17	31	89	4	11
Sudeste	246	91	25	9	246	91	25	9	231	85	40	15	240	89	31	11
Sul	142	95	7	5	142	95	7	5	141	95	8	5	136	91	13	9
Centro-Oeste	104	92	9	8	100	88	13	12	98	87	15	13	101	89	12	11
Brasil	967	92	80	8	944	90	103	10	926	87,5	133	12,5	936	88	123	12

Fontes: Tribunal Superior Eleitoral – TSE e Tribunais Regionais. Até o período 2003-2006 dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Área de Desenvolvimento Econômico e Social, Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas (2004). O período 2007-2010 foi sistematizado pelo Cfemea.

Na Paraíba, em 2006, foram 25 candidatas: uma para o Governo Estadual, seis para a Câmara Federal e 18 para a Assembléia Legislativa, sendo que, destas últimas, quatro conquistaram mandato, dentre as quais três foram reeleitas consecutivamente (Francisca Motta, Olenka Maranhão e Iraê Lucena), uma retornou após um intervalo de um mandato (Socorro Marques) e outra, Nadja Palitot, ficou na primeira suplência. Para a Câmara Federal não se elegeu nenhuma das seis candidatas paraibanas.

Quadro 4 - Mulheres Eleitas para a Assembléia Legislativa da Paraíba, 1983-2010

Nº da legislatura	Período	Nome das mulheres eleitas	Partido (na eleição)	Nº total de parlamentares
10ª	1983-1986	Vani Braga	PDS	37
11ª	1987-1990	Vani Braga	PDS	36
		Geralda Medeiros	PMDB	
12ª	1991-1994	Vani Braga	PFL	36
		Terezinha Lins Pessoa	PDS	
13ª	1995-1998	Dona Dida	PFL	36
		Estefânia Maroja	PMDB	
		Francisca Motta	PMDB	
		Vani Braga	PDT	
14ª	1999-2002	Estefânia Maroja	PMDB	36
		Francisca Motta	PMDB	
		Iraê Lucena	PMDB	
		Lúcia Braga	PTB	
		Olenka Maranhão	PMDB	
		Socorro Marques	PSDB	
		Rosário Gadelha (Zarinha)	PFL	

Nº da legislatura	Período	Nome das mulheres eleitas	Partido (na eleição)	Nº total de parlamentares
15ª	2003-2006	Edina Wanderley	PSDB	36
		Francisca Motta	PMDB	
		Giannina Lonbardi	PT	
		Iraê Lucena	PMDB	
		Lucinha Monteiro	PFL	
		Olenka Maranhão	PMDB	
16ª	2007-2010	Francisca Motta	PMDB	36
		Iraê Lucena	PMDB	
		Nadja Pallitot (suplente)	PSB	
		Olenka Maranhão	PMDB	
		Socorro Marques	PPS	
17ª	2011-2014	Francisca Motta	PMDB	36
		Olenka Maranhão	PMDB	
		Léa Toscano	PSB	
		Daniella Ribeiro	PP	
		Eva Gouveia	PTN	
		Gilma Vasconcelos	PPS	

Fontes: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2008.

Nas eleições de 2010, duas mulheres concorreram para a Presidência da República com boas chances eleitorais e pela primeira vez uma mulher chegou ao segundo turno com real possibilidade de eleger-se.

No que se refere ao Senado, 33 candidatas concorreram e oito mulheres se elegeram. Com as novas vencedoras, o número de senadoras (12 ou 13, a depender do resultado eleitoral referente a uma vaga para suplente), num total de 81 parlamentares que compõem o Senado, será o maior número já alcançado na história da casa.

Para o executivo estadual, duas mulheres foram vitoriosas no primeiro turno, ambas no Nordeste, Roseana Sarney (PMDB), no Maranhão, e Rosalba Ciarlini (DEM), no Rio Grande do Norte, que irá ocupar o cargo que anteriormente era de outra mulher. E duas mulheres disputam o segundo turno com chances de vitória.

No que se refere à Câmara Federal, 44 mulheres foram eleitas. Já para as Assembléias Legislativas foram 139 eleitas (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2010 apud MAIS MULHERES NO PODER, 2010).

Ainda estamos longe da paridade entre a representação feminina e masculina na política brasileira, embora tenha havido em alguns cargos crescimento considerável. Em relação a 2006 elegeram-se o dobro de mulheres ao Senado. Na Câmara Federal, houve

um decréscimo de 46 para 44 mulheres. E nos estados, registra-se um ligeiro aumento do número de mulheres eleitas, que passou de 123 deputadas estaduais, em 2006, para 139, em 2010, representando pouco mais de 12% do total de eleitos para as Assembléias Legislativas de todo o país.

No caso da Paraíba, a representação feminina que vinha diminuindo em relação a 1998, quando se elegeram sete deputadas estaduais – em 2002, foram seis; em 2006, quatro – voltou a crescer em 2010, com seis mulheres eleitas num total de 36 vagas, o que representa 16,7% do total. Para a Câmara Federal, na Paraíba, se elegeu uma das vinte candidatas paraibanas (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 2010).

Apesar dos resultados das eleições de 2010 não terem sido bons para a construção da paridade entre a representação feminina e masculina na política brasileira, já que não houve um crescimento significativo de mulheres eleitas em todas as esferas, consideramos que a participação das mulheres no parlamento traz em si mesma o germe de grandes transformações. Independente de sua origem familiar ou de classe, a participação feminina neste campo, habitualmente masculino, tem implicado em rompimento com o âmbito privado tradicional e em atuação no espaço público, exercendo uma ocupação, ou papel importante, que permite acumular capital político próprio e participar da esfera pública. Isto que nos leva a vislumbrar a possibilidade de mudança na composição do campo político e nos *habitus* femininos tradicionais, em direção a um processo de autonomização e empoderamento das mulheres. Uma vez que não se pode ser autônomo no isolamento, ao estabelecer relações no espaço público, as mulheres, como todo sujeito, assim como Castoriadis propõe, “podem refletir sobre si mesmas, as razões de seus pensamentos e motivos de seus atos”, escapando da servidão da repetição e deixando de ser apenas produto da instituição que as formou (CASTORIADIS, 1992, p. 140-141).

RABAY, G. F.; CARVALHO, M. E. P. Women's participation in Parliament in Brazil and in the State of Paraíba. *ORG e DEMO* (Marília), v. 12, n. 1, p. 81-94, jan.-jun., 2011.

ABSTRACT: This paper offers a general view of the participation of Brazilian women in public and political life, aiming to register part of the history of women's struggles for citizenship rights in Brazil and in the state of Paraíba, with a focus on political participation. Data and documents that register such participation were found at different web sites: Paraíba Electoral Court, Federal Electoral Court, Paraíba State Parliament, Joao Pessoa City Council, Women & Democracy Project, and *Cjmea* Feminist Studies Center and Consultancy. Since women's vote movements, at the end of the 19th century and first decades of the 20th century, a *well-behaved* feminism, which did not contest patriarchal power, but conquered voting rights in the way to a more inclusive democracy, the advances of women are recorded, for Brazil and for the state of Paraíba, in both the Federal and State Houses of Representatives, until the 2010 elections.

KEYWORDS: Women's history. Political participation. Female citizenship. Elections.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Lúcia. Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Brasil: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Disponível em: <<http://www.cmjp.gov.br>>. Acesso em: 02 mai. 2005.
- CASA DA MULHER DO NORDESTE. Disponível em: <<http://www.cmmulheredemocracia.org.br>>. Acesso em: 29 abr. 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 01 mai. 2005; 18 dez. 2006; 18 jul. 2008.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM: UFBA, 1998.
- _____. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.portalfeminista.org.br/GEN/PDF/v5n2/Costa>>. Acesso em: 2 out. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 02 mai. 2005.
- MAIS MULHERES NO PODER: eu assumo este compromisso! Disponível em: <www.maismulheresnoperbrasil.com.br>. Acesso em: 5 out. 2010.
- MARIZ, Celso. *Memória da Assembléia Legislativa*. João Pessoa: Assembléia Legislativa, 1987.
- RABAY, Glória. Mulher e participação política partidária na Paraíba. In: ENCONTRO DA REDE REGIONAL NORTE NORDESTE DE NÚCLEOS DE ESTUDO E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 4., 1996, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996. p. 204-209.
- _____. Participação da mulher em cargos eletivos na Paraíba e o voto feminino nas eleições municipais de 2004, em João Pessoa. In: CASA DA MULHER DO NORDESTE. *As eleições de 2004 e a representação política das mulheres no Nordeste*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2005. (Cadernos Feministas de Economia e Política, n. 2). p. 103-125.
- ROCHA, Jackeline de Souza; FARIAS, Neudja de Fátima Duarte de. *A trajetória da emancipação feminina na visão do jornal A União*. 2000. 170f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2010)—Departamento de Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.
- SCHUMAHER, Schuma. A primeira onda feminista. In: ENCONTRO NACIONAL FEMINISTA - O feminismo nos 500 anos de dominação, 13., 2003, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Coenf, 2003. p. 30-36.
- _____; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- TABAK, Fanny. Representação política e prática democrática. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Brasil: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. p. 85-123.
- TOSCANO, Moema. A mulher na política. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 53-83.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Disponível em< <http://www.tre.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010.

VIEIRA, Eudésia. A mulher. *Revista Era Nova*, João Pessoa, n. 24, p. 08, 15 abr. 1922.

Submetido em: 26-10-2010
Aprovado em: 06-12- 2010